

ANGOLA
PROCURAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s)

com poderes para o efeito, nomeiam,
Dr. JOSÉ FERNANDO FARIA DE BASTOS, Dra.
LUZIA BEBIANO SEBASTIÃO e Dra. MARIA
TERESINHA DA SILVA LOPES, advogados,
com domicílio profissional na Rua dos
Enganos, No. 1, 8º andar, Luanda, Angola,
como mandatários na República de Angola
para, em representação e em nome de

independente e por si, requerer no
organismo competente, o registo das marcas
nas classes bem como requerer renovações
e revalidações de direitos, prorrogações de
prazo, modificações e transferências, desistir
de pedidos, quando o tenha(m) por
conveniente; e para estes fins praticar o que
preciso seja, como apresentar documentos,
efectuar depósitos e pagamentos de taxas e
quaisquer impostos que sejam devidos,
requerer a sua restituição, dar e receber
quitação e recibos, interpor e seguir o que
julgar conveniente na defesa dos direitos e
interesses, do representado, contra as
oposições aos mesmos, fazer as declarações
e rectificações necessárias e, em geral,
praticar os actos que, para os fins indicados,
sejam exigidos e permitidos, em vista da
legislação aplicável, e tudo o que reconhecer
como válido.

Assinado em 2015

ANGOLA
POWER OF ATTORNEY

The undersigned

with the necessary power, appoints
Dr. JOSÉ FERNANDO FARIA DE BASTOS, Dra.
LUZIA BEBIANO SEBASTIÃO and Dra. MARIA
TERESINHA DA SILVA LOPES, Lawyers, with
profesisonal domicile at Rua dos Enganos,
No. 1, 8th Floor, Luanda, Angola, as
representatives in the Republic of Angola,
on behalf and in the name of

to apply, independently and by themselves,
at the competent authorities, for
registration of the trade marks in classes as
well as to apply for renewals and
restoration of rights, extensions of time,
modifications and assignments, and to
withdraw applications when considered
advisable; and for these purposes to act as
necessary, filing all documents, effecting
deposits, and paying lawful fees as well as
taxes applying for refunds, giving and
receiving receipts, intervening and
prosecuting the actions deemed advisable
against oppositions thereto, making the
requisite declarations and rectifications and,
in general, to take all steps for the purposes
indicated which may be required and
allowed, under the applicable legislation,
and do whatever may be recognised as
valid.

Executed on 2015

(Legalization by the Angolan Authorities required)